



CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO – UNIFSA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM

JENIFFER PEREIRA DE ARAÚJO
LEANDRA CAROLINE PINHEIRO DE MOURA

**A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA
OBSTÉTRICA**

THE ROLE OF HEALTH PROFESSIONALS IN COPING WITH OBSTETRIC VIOLENCE

***EL PAPEL DE LOS PROFESIONALES DE LA SALUD EN EL ENFRENTAMIENTO A LA
VIOLENCIA OBSTÉTRICA***

PUBLICADO: 10/2023

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i1.4265>

TERESINA-PI
2023

JENIFFER PEREIRA DE ARAÚJO
LEANDRA CAROLINE PINHEIRO DE MOURA

**A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA
OBSTÉTRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Santo Agostinho, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Orientador(a): Prof. Me. Vânia Maria Alves de Sousa

Teresina-PI
2023

JENIFFER PEREIRA DE ARAÚJO
LEANDRA CAROLINE PINHEIRO DE MOURA

**A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA
OBSTÉTRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Santo Agostinho, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Data de aprovação: (dia) de (mês) de (ano).

Prof. Dr.

Centro Universitário Santo Agostinho
(Orientador)

Profa. Dra.

Centro Universitário Santo Agostinho
(1ª Avaliadora)

Profa. Dra.

Centro Universitário Santo Agostinho
(2ª Avaliadora)

JENIFFER PEREIRA DE ARAÚJO
LEANDRA CAROLINE PINHEIRO DE MOURA

**A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA
OBSTÉTRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Santo Agostinho, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Data de aceite do artigo para publicação: (dia) de (mês) de (ano).

Local de publicação:

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	07
2	MÉTODO.....	09
3	RESULTADOS.....	11
4	DISCUSSÃO.....	14
5	CONCLUSÃO.....	16
	REFERÊNCIAS.....	17

A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA¹

Jeniffer Pereira de Araújo², Leandra Caroline Pinheiro de Moura³, Vânia Maria Alves de Sousa⁴

Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA

RESUMO

A violência obstétrica se dá por atitudes como negligência no cuidado ao paciente, maus tratos e demora na assistência, desrespeito e falta de privacidade, ausência de liberdade de escolha, recusas nas internações dentro do serviço de saúde e procedimentos repressivos e que não são concedidos à mulher. Tem como objetivo analisar a atuação dos profissionais de saúde no enfrentamento à violência obstétrica. Trata-se de uma revisão integrativa realizada através da base de dados, Base de Dados de Enfermagem (BDENF), Literatura Latina Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando-se os respectivos descritores, bem como o conector booleano *AND*, e como critérios de inclusão: artigos apresentados em Língua Portuguesa, textos publicados dentre os últimos 5 anos (2018 a 2022). Os resultados mostram que quando os profissionais recebem treinamento adequado em relação às questões de gênero, direitos reprodutivos e comunicação sensível, eles estão mais bem preparados para oferecer cuidados respeitosos e compassivos às gestantes. Além disso, promover uma cultura institucional que valorize o respeito aos direitos da mulher e a participação ativa na tomada de decisões durante o parto, contribuindo para a prevenção da violência obstétrica.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde da mulher. Violência. Obstetrícia. Parto

ABSTRACT

Obstetric violence is caused by attitudes such as negligence in patient care, mistreatment and delays in assistance, disrespect and lack of privacy, lack of freedom of choice, refusal of hospitalization within the health service and repressive procedures that are not granted to the woman. Its aim is to analyze the role of health professionals in dealing with obstetric violence. This is an integrative review carried out using the Nursing Database (BDENF), Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS) and Scientific Electronic Library Online (SciELO), using the respective descriptors, as well as the AND boolean connector, and as inclusion criteria: articles presented in Portuguese, texts published in the last 5 years (2018 to 2022). The results show that when professionals receive adequate training on gender issues, reproductive rights and sensitive communication, they are better prepared to offer respectful and compassionate care to pregnant women. In addition, promoting an institutional culture that values respect for women's rights and active participation in decision-making during childbirth contributes to the prevention of obstetric violence.

KEYWORDS: Women's health. Violence. Obstetrics. Childbirth.

RESUMEN

La violencia obstétrica se produce debido a actitudes como la negligencia en la atención de las pacientes, el maltrato y la demora en la atención, la falta de respeto y privacidad, la falta de libertad de elección, la negativa a ser admitida en el servicio de salud y los procedimientos represivos que no se conceden a las mujeres. Su objetivo es analizar el desempeño de los profesionales de la salud en el enfrentamiento a la violencia obstétrica. Se trata de una revisión integradora realizada a través de la base de datos, Nursing Database (BDENF), Literatura Latinoamericana y del Caribe en Ciencias de la Salud (LILACS) y Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando los respectivos descriptores, así como el conector booleano AND, y como criterios de inclusión: artículos presentados en portugués, textos publicados entre los últimos 5 años (2018 a 2022). Los resultados muestran que cuando los profesionales reciben una formación adecuada en relación con las cuestiones de género, los derechos

1 Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA, Teresina-PI, _____ de _____ de 2020.

2 Acadêmica do curso de graduação em Enfermagem do Centro Universitário Santo Agostinho-Teresina - PI. E-mail: jenifferaraujo1218@gmail.com

3 Acadêmica do curso de graduação em Enfermagem do Centro Universitário Santo Agostinho-Teresina – PI. E-mail: leandracaroline703@gmail.com

4 Enfermeira, Docente do curso de enfermagem no Centro Universitário Santo Agostinho. Mestre em enfermagem pela UFPI- Teresina – PI. E-mail: vaniasousa@unifsa.com

reproductivos y la comunicación sensible, están mejor preparados para brindar una atención respetuosa y compasiva a las mujeres embarazadas. Además, promover una cultura institucional que valore el respeto a los derechos de las mujeres y la participación activa en la toma de decisiones durante el parto, contribuyendo a la prevención de la violencia obstétrica.

PALABRAS CLAVE: Salud de la mujer. Violencia. Obstetricia. Parto.

1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é definida como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, seja na esfera pública ou privada, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher” (Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, 1996). O termo violência obstétrica (VO) é dado como um ato de violência relacionado ao parto, ou seja, são danos causados pelos profissionais de saúde no momento do parto, pós-parto e puerpério (Tesser *et al*, 2015).

A violência se dá por atitudes como negligência no cuidado a paciente, maus tratos e demoras na assistência, desrespeito e falta de privacidade invadida, à não liberdade de escolha, recusas nas internações dentro do serviço de saúde e procedimentos repressivos e que não são concedidos a mulher (Menezes *et al.*, 2019). Por isso, é enfatizado que a prevenção da violência obstétrica requer uma comunicação efetiva com as pacientes, trazendo assim um processo de humanização e acolhimento (Castro; Rocha, 2020).

Conforme com Diniz (2005), as mulheres têm o direito de receber informações claras, objetivas e compreensíveis sobre as hipóteses diagnósticas e medidas de diagnóstico e tratamento de tomadas de risco os benefícios e inconvenientes de medidas de diagnóstico, e tratamentos sugeridos e direitos de planejamento família e receber informações como métodos e técnicas para regulação da fertilidade ou prevenção da gravidez.

No entanto, o tema tem sido amplamente negligenciado devido à relutância dos profissionais em reconhecer que o tratamento prestado pode ser visto como uma forma de violência (Brandt *et al*, 2018). Além disso, o uso inadequado de tecnologias e intervenções desnecessárias, apesar das evidências científicas, podem levar a uma enxurrada de intervenções que representam altos riscos para a saúde da mãe e do bebê. Tais práticas tornaram-se um fenômeno rotineiro nas instituições, resultando em sequelas prejudiciais (Guimarães; Jonas; Amaral, 2018).

O importante papel dos profissionais de saúde no parto não pode ser subestimado, pois sua presença pode evitar intervenções desnecessárias e reduzir a incidência de abusos contra as mulheres (Ismael *et al*, 2020). A equipe assistencial deve contribuir para que toda gestante tenha direito a uma assistência digna e de qualidade durante a gestação, trabalho de parto e parto, direito de conhecer e garantir o acesso à maternidade, e ainda que todo recém-nascido tenha atendimento humanizado e seguro (Trajano; Barreto, 2021).

Quando falamos em violência obstétrica, lembramos o quanto a mulher está vulnerável nesse período e precisa ter os seus direitos exercidos, toda mulher tem direito e autonomia de ser protagonista na hora do seu parto, tendo suas necessidades respeitados. Cabe a nós retratarmos e falarmos sobre esses acontecimentos, enfatizando a importância de evitar esse tipo de situação, essa experiência se torna traumática para as mulheres onde tiveram seus direitos violados, entendemos que é necessário abordar esse tipo de assunto para que seja feito mais pesquisas afundo a respeito dessa negligência que a cada dia tem aumentado.

É crucial enfatizar a importância e a natureza crucial dos cuidados obstétricos. Esse cuidado é essencial em todas as fases do parto, inclusive antes, durante e depois. As mulheres têm direito a receber cuidados de qualidade e prevenção quaternária (Matoso, 2018). Portanto, com a seguinte questão norteadora: “Como os profissionais de saúde atuam no enfrentamento à violência obstétrica?”

essa revisão integrativa tem o objetivo de analisar a atuação dos profissionais de saúde no enfrentamento à violência obstétrica.

2 MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo revisão integrativa. É um método que comprova abordagem metodológica amparado pela incorporação de revisão de evidências, conceitos, e análises de diversas abordagens, sendo assim, essa abordagem não apenas permite uma organização concisa dos dados, mas também facilita a comparação dos estudos. Sendo estabelecidas nas seguintes etapas: elaboração da pergunta norteadora, seleção dos artigos, definição de critérios de inclusão dos artigos, determinação das informações extraídas dos artigos escolhidos, base de dados e apresentação da revisão (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

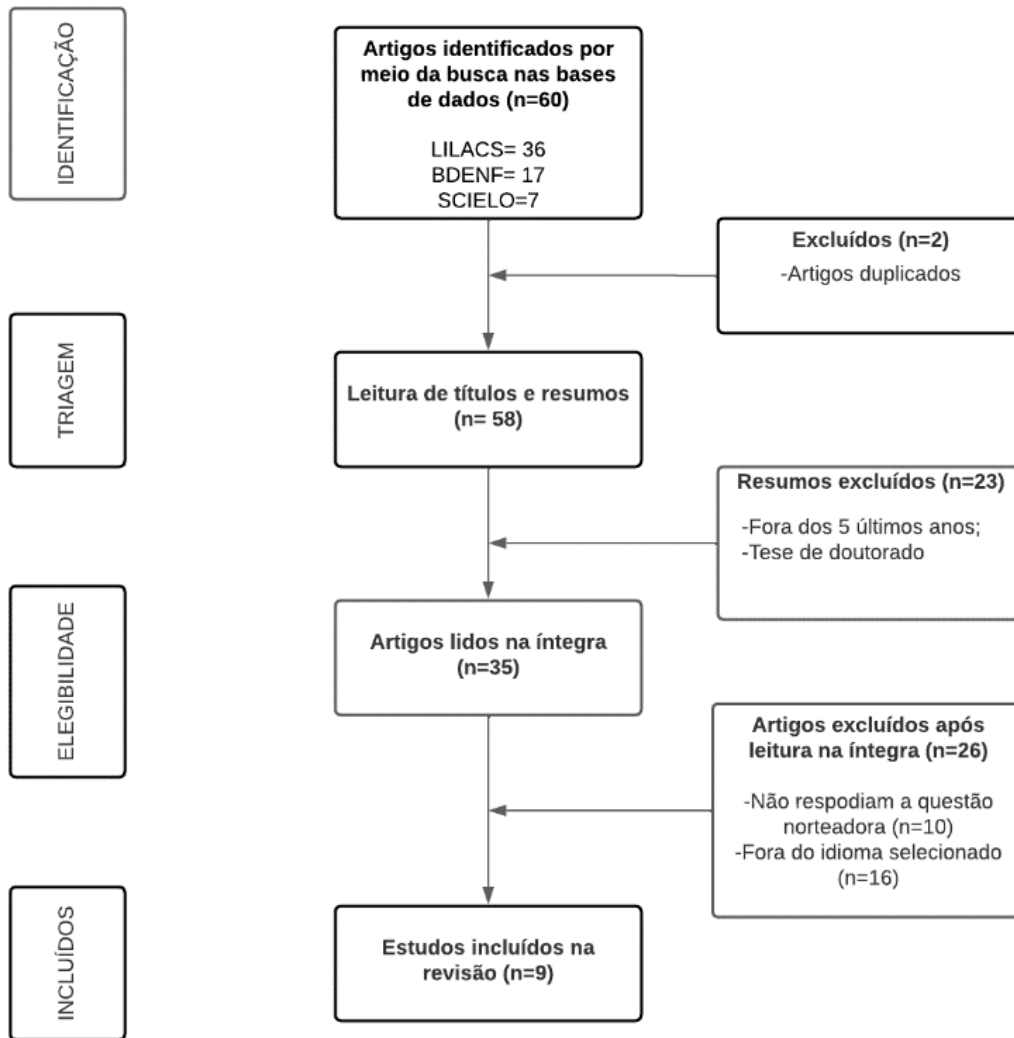
Para os critérios de elegibilidade foram eleitos artigos originais selecionados gratuitamente em meio eletrônico, onde foram publicados no idioma português, disponíveis entre os anos de 2018 e 2022 onde foram designadas publicações onde tivessem ligações diretas com o foco principal, como estudos primários que abordassem a atuação dos profissionais de saúde no enfrentamento a violência obstétrica afim de responder à questão designada na pesquisa. Como base de dados foi utilizado dentro da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) a Biblioteca Virtual Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Bancos de Dados em Enfermagem (BDENF).

Com a utilização dos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS): violência obstétrica, violência, saúde da mulher e obstetrícia. Para satisfazer os critérios de inclusão e exclusão, empregamos uma abordagem abrangente. A análise abrangente do conteúdo do artigo requer registro e tabulação meticolosos dos dados. Para que fosse otimizada a busca, foram cruzados através do operador booleano “AND” da seguinte maneira: “violência obstétrica” AND “violência” AND “saúde da mulher” AND “obstetrícia”.

Foram encontradas 60 publicações, foram excluídos 2 artigos por estarem duplicados, sobrando 58, após realizar a leitura do resumo dos 58 artigos restantes, foram excluídos 23 artigos, 6 por serem tese de doutorado e 17 por estarem fora dos últimos 5 anos, restando assim 35 artigos. Após a leitura completa dos 35 artigos, foram retirados 10, pois não respondiam à pergunta norteadora e 16 por estarem fora do idioma selecionado.

A análise dos 09 artigos escolhidos foi a última e mais crucial etapa. O objetivo foi conhecer fatores relacionados à violência cometida por profissionais de saúde contra mulheres durante o parto. Isto incluiu identificar os vários tipos de violência, investigar possíveis causas e examinar o retrato dos profissionais em pesquisas.

Figura 1-Fluxograma do processo de seleção dos estudos



Fonte: Elaborado pelos autores

3 RESULTADOS

Após uma exploração minuciosa das bases de dados LILACS, BVS/BDENF e SciELO utilizando-se os descritores violência obstétrica, violência, saúde da mulher e obstetrícia articulados pelo operador booleano *AND*. Foram encontrados no total 60 artigos, sendo 36 no LILACS, 17 na BDENF e 7 na SciELO. Após a aplicação do filtro, foram excluídas instâncias nas bases de dados como teses, produções duplicadas, fora do idioma, que não estavam dentro dos últimos 5 anos e os que não respondiam à questão norteadora. Foram escolhidos definitivamente nove artigos.

Foi desenvolvido uma ferramenta de coleta de dados identificar o autor, ano de publicação, título, revista, país do estudo, propósito, metodologia e conclusões. Priorizando a violência obstétrica como foco central e a atuação dos profissionais de saúde e seus fatores neste contexto. O instrumento foi aplicado aos artigos classificados, o que promove a análise crítica dos resultados obtidos, com a descrição e discussão pormenorizada para apresentação da revisão integrativa.

Figura 2- Caracterização dos estudos incluídos quanto ao título, ano, base de dados, autores, idioma, tipo de estudo, objetivo e enfoque nos resultados

n.º	Título	Base de dados	Autores	Tipo de estudo	Enfoque dos Resultados
1	A violência obstétrica no cotidiano assistencial e suas características	SciELO	Jardim, D. M. B e Celina, M. M.	Revisão integrativa.	São apresentadas estratégias para lidar com um problema, incluindo a formação acadêmica, conscientização das mulheres, mobilização social, políticas públicas e leis.
2	Cuidados de enfermagem na prevenção da violência obstétrica	LILACS	Moura, R. C. M., <i>et al.</i>	Revisão integrativa.	Foi identificado que o enfermeiro busca em sua assistência o vínculo com a parturiente para proporcionar um parto saudável, evitando assim a violência obstétrica.
3	Vivências de violência obstétrica experimentadas por parturientes	LILACS	Oliveira, M. S. S., <i>et al.</i>	Estudo descritivo, transversal.	O estudo mostrou que as mulheres sentiram medo e insegurança durante a maternidade e que a assistência precisa ser melhorada, com maior clareza sobre a violência

					obstétrica, inclusive para os profissionais de saúde.
4	O saber de puérperas sobre violência obstétrica	BDENF	Silva, F. C., <i>et al.</i>	Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo, exploratório.	A partir das falas das participantes foi notório estratégias para prevenção da violência obstétrica e falta de conhecimento existente na violência obstétrica.
5	O olhar de residentes em Enfermagem Obstétrica para o contexto da violência obstétrica nas instituições	LILACS	Menezes, F. A., <i>et al.</i>	Estudo descritivo, exploratório.	As condutas inadequadas na assistência ao parto, procedimentos desnecessários com finalidades didáticas ou iatrogênicos e o preconceito de gênero, raça ou etnia e de classe socioeconômica.
6	Percepção das parturientes sobre violência obstétrica: a dor que querem calar	LILACS	Teixeira, P. C., <i>et al.</i>	Estudo do tipo descritivo.	Concluiu-se através dos resultados desta pesquisa que as mulheres possuem um conhecimento limitado acerca da violência obstétrica, podendo estar relacionado à falta de informação durante o pré-natal.
7	Violência obstétrica: experiência da equipe multidisciplinar em saúde	BDENF	Orso, L. F., <i>et al.</i>	Estudo qualitativo, descritivo.	A partir das falas transcritas houve foi notório as seguintes característica, desconhecimento da violência obstétrica, relatos sobre a violência obstétrica e a necessidade de capacitação sobre a violência obstétrica
8	Formas e prevalência da violência obstétrica durante o trabalho de	BDENF	Souto, R. E. M., <i>et al.</i>	Trata-se de uma revisão integrativa.	os estudos selecionados deram origem a sete categorias que consideraram os discursos das mulheres e dos profissionais de saúde sobre

	parto e parto: revisão integrativa				a assistência ao parto violência verbal, psicológica, física, sexual, discriminatória, institucional e financeira.
9	Violência obstétrica: uma prática vivenciada por mulheres no processo parturitivo	BDENF	Costa, L. D., <i>et al.</i>	Pesquisa de campo, exploratória- descritiva.	Foi relatado cerca de 53% fizeram cesariana; 5% relataram gritos e críticas intensas dos profissionais. Houve violência obstétrica, incluindo manobra de Kristeller (24%), toques vaginais frequentes (41%), por vários profissionais (32%), e proibição de alimentos/bebidas (27%).

Fonte: Elaborado pelos autores, (2023)

4 DISCUSSÃO

Foram abordadas diferentes formas de violência, como violência de gênero que podem ter consequências graves para a saúde física e mental das mulheres, bem como efeitos negativos na relação entre uma mulher e o seu filho, destacando a grande falta de conhecimento das mulheres sobre seus direitos. Além de observar o comportamento inadequado dos profissionais e sua ligação com o uso da violência. Nos estudos apresentou-se estratégias de enfrentamento, propostas de mobilização social através de políticas públicas e leis. Foi enfatizada a importância de capacitar os profissionais de saúde e conscientizá-los sobre a importância do respeito aos direitos das mulheres durante a assistência ao parto, para proporcionar uma experiência mais humana e segura para mães e bebês (Jardim *et al*, 2018).

De acordo com Moura *et al.*, (2018) foram abordadas estratégias onde os profissionais de saúde buscam estabelecer vínculo com a mãe com sua ajuda, a fim de proporcionar um parto saudável e, assim, evitar a violência obstétrica. Para prevenir a violência obstétrica são necessários cuidados e um ambiente que proporcione autonomia às gestantes. O profissional de saúde deve reduzir os riscos e implementar as medidas necessárias para garantir cuidados integrais às mulheres e a sua família, devem estar envolvidos para garantir que todas as mulheres grávidas têm direito a cuidados adequados e de alta qualidade durante a gravidez, parto e pós-parto, tornando assim uma assistência mais humanizada.

Nos estudos de Oliveira *et al.*, (2019) é evidenciado que mulheres se sentem com medo e inseguras, eles temem estar num ambiente maternal. Isto sugere que a ajuda precisa ser modificada e intensificada mesmo para os profissionais. Com uma compreensão clara da violência obstétrica. Portanto, ao orientar a assistência obstétrica antes, durante e após o parto, é importante reconhecer que toda mulher tem seu direito legal de receber tratamento sem danos ou abusos, possibilidade de obter informação e consentimento informado recusar e prometer respeitar sua primeira escolha, incluindo companhia durante sua internação obstétrica.

De acordo com Silva *et al.*, (2019) identificou-se a importância que as mulheres saibam o que significa violência no parto, para que possam descobrir se isso acontece com elas e para que no futuro possam tomar medidas para minimizar ou acabar com esse problema, ressalta-se ainda que durante o parto a mulher precisa de atenção, clareza sobre o que será feito, respeito, empatia e acima de tudo oportunidade de participar ativamente desta etapa da vida. O processo de parto pode ser desfavorável causando trauma tornando-se uma experiência negativa na vida de quem a vivenciou.

Nos estudos de Menezes *et al.*, (2020) foram abordados os cuidados durante o parto que devem cumprir os critérios para práticas baseadas em evidências, e os cuidados prestados devem proporcionar apoio e proteção com intervenções mínimas. As mulheres têm direito a tratamento adequado e de alta qualidade e a receber explicações em linguagem apropriada, respeitosa e compreensível sobre o seu estado de saúde e procedimentos planejados, riscos, complicações e alternativas. Ressalta-se comportamento condutas inadequadas na assistência ao parto, procedimentos desnecessários com finalidades didáticas ou iatrogênicos e o preconceito de gênero, raça ou etnia e de classe socioeconômica.

O primeiro passo para melhorar as práticas de parto é reeducar os profissionais de saúde. Esta educação deve basear-se no conhecimento científico, promovendo a confiança na fisiologia natural do corpo da mulher durante o parto e fornecendo orientação científica e legal para uma conduta adequada. O atual modelo de parto no país tem levado a violações básicas dos direitos das mulheres, e esta questão está a agravar-se devido à falta de inspeções do sistema de saúde e à formação inadequada de alguns profissionais. Para garantir a implementação de uma perspectiva humana, devem ser feitas mudanças tanto na formação como nas práticas profissionais (Orso *et al.*, 2021).

De acordo com Teixeira *et al.*, (2020), garantir cuidados livres de preconceitos e discriminação é crucial para evitar que as mulheres enfrentem efeitos adversos. Além disso, fornecer orientações satisfatórias durante o pré-natal sobre as fases do trabalho de parto, vias de parto, direitos e importância dos planos de parto é essencial para essas mulheres. Os profissionais que atendem esse grupo devem participar ativamente de cursos de atualização para adquirir conhecimentos científicos atualizados e prestar uma melhor assistência.

Quando as mulheres procuram os serviços de saúde, muitas vezes são submetidas a diversas formas de violência obstétrica. Em resposta a esta questão, foi cunhado o termo “violência obstétrica institucional”. Este termo refere-se ao descrédito e desrespeito ao conhecimento prático e à experiência em favor de um conhecimento mais formalizado. O domínio da ciência não está imune à violência, particularmente à violência física, bem como a outras formas de preconceito que desconsideram as necessidades e direitos dos clientes (Souto *et al.*, 2022).

Além disso, alguns indivíduos da comunidade científica podem criticar ou agir agressivamente contra aqueles que expressam dor ou desespero. A realização de procedimentos prejudiciais e desnecessários, incluindo cesarianas excessivas, coerção, violação da privacidade, recusa em administrar analgésicos e procedimentos médicos não consensuais, também é considerada preocupante. (Souto *et al.*, 2022)

De acordo com Costa *et al.*, (2022) sabe-se que a violência obstétrica sempre fez parte da obstetrícia, mas agora ocupa grande parte do mundo. Fato que pode estar ligado às novas tecnologias e ao empoderamento das mulheres, uma vez que a promoção da independência durante a gravidez faz com que as mulheres busquem os seus direitos e passem a exigí-los, o que dá uma visão mais clara sobre o assunto.

Os estudos indicaram que a violência obstétrica é um problema autêntico que existe na nossa sociedade e afeta as experiências das mulheres grávidas e puérperas. Após análise de vários estudos, revelou-se que a prontidão institucional e a formação adequada dos profissionais foram os temas mais discutidos. A extensa jornada de trabalho, aliada aos recursos humanos e materiais inadequados, também são especulados como possíveis motivos para os maus tratos às pacientes durante o trabalho de parto e nascimento.

O papel dos profissionais de saúde é fundamental na prevenção dessa violência, enfatizando a necessidade de iniciativas de conscientização, treinamento e adoção de métodos mais compassivos e respeitosos durante o processo de assistência obstétrica, com o objetivo de garantir uma experiência segura e digna para as mulheres.

5 CONCLUSÃO

A violência obstétrica, em sua grande maioria, possui raízes no despreparo dos profissionais de saúde em lidar com as mulheres grávidas. Os casos de práticas invasivas e desumanas durante o parto são um resultado direto da falta de formação, sensibilização e sensibilidade demonstrada por estes prestadores. Esta negligência pode resultar de uma variedade de fontes, tais como comunicação ineficaz, desinteresse em respeitar a autonomia das mulheres e atitudes tendenciosas baseadas em fatores como classe social, raça ou orientação sexual. Conseqüentemente, é essencial que os profissionais de saúde sejam formados e priorizem a importância de respeitar os direitos das mulheres grávidas e de prestar cuidados compassivos e baseados em evidências. Garantindo assim uma experiência de saúde materna mais digna e segura para todas as mulheres.

Por fim, tanto entre os profissionais de saúde como entre as mulheres grávidas, a educação e a sensibilização são de suma importância na prevenção da violência obstétrica. Envolver a gestante na tomada de decisões relativas aos procedimentos médicos, respeitar a sua autonomia e dignidade, manter uma comunicação honesta e empática e fornecer informações transparentes são essenciais. Além disso, é necessário adotar políticas institucionais que promovam práticas baseadas em evidências e o reconhecimento dos direitos reprodutivos das mulheres. Prevenir a violência obstétrica exige capacitar os profissionais de saúde com formação cultural e de gênero diversificada. Passos cruciais para cuidados respeitosos e seguros para todas as mulheres grávidas envolvem mudança cultural nas instituições de saúde e maior conscientização.

REFERÊNCIAS

BRANDT, G. P. *et al.* Violência obstétrica: a verdadeira dor do parto. **RGS**, v. 19, n. 1, p. 19-37, 2018. Disponível em: <https://www.herrero.com.br/files/revista/file2a3ed78d60260c2a5bedb38362615527.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2023.

CASTRO, A. T. B.; ROCHA, S. P. Violência obstétrica e os cuidados de enfermagem: reflexões a partir da literatura. **Enfermagem em Foco**, v. 11, n. 1, 2020. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2798/725>. Acesso em: 21 abr. 2023

COMITÊ LATINO AMERICANO E DO CARIBE PARA A DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER. **Instituto para Promoção da Equidade, Assessoria, Pesquisa e Estudos**. Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, 'Convenção Belém do Pará'. São Paulo: KMG, 1996.

COSTA, L. D. *et al.* Violência obstétrica: Uma prática ainda vivenciada no processo de parturitivo. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 16, n. 1, p.1-2. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/252768/41718>. Acesso em 20 abr. 2023.

DINIZ, C. S. G. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 3, p. 627-637, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/JQVbGPcVFfy8PdNkYgJ6ssQ/?lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2023

GUIMARÃES, L. B. E.; JONAS, E.; DO AMARAL, L. R. O. G. Violência obstétrica em maternidades públicas do estado do Tocantins. **Estudos Feministas**, v. 26, n. 1, p. 1-11, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/43278/36301>. Acesso em: 18 abr. 2023.

ISMAEL, F. M. *et al.* Assistência de enfermagem na prevenção da violência obstétrica. **Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde**, v. 2, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revistarebis.rebis.com.br/index.php/rebis/article/view/92/85>. Acesso em: 18 abr. 2023.

JARDIM, D. M. B.; MODENA, C. M. A violência obstétrica no cotidiano assistencial e suas características. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 26, p. 3069, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v26/pt_0104-1169-rlae-26-e3069.pdf. Acesso em: 13 set. 2023.

MATOSO, L. M. O papel do enfermeiro frente à violência obstétrica. **C&D Rev Eletrôn FAINOR**, v. 11 n. 1, p. 49-65. 2018.

MENEZES, F. R. D. *et al.* O olhar de residentes em enfermagem obstétrica para o contexto da violência obstétricas nas instituições. **Interface Comunicação, Saúde, Educação**, 24, el 1806642019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/SNcjQGxYnDGYbfXPCTvcsqg/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2023

MOURA, R. C. M. *et al.* Cuidados de enfermagem na prevenção da violência obstétrica. **Enferm. Foco**, v. 9, n. 4, p. 60. 2018 Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/1333/480>. Acesso em: 13 set. 2023.

OLIVEIRA, M. S. S. *et al.* Vivências de violência obstétrica experimentadas por parturientes. **ABCS Health Sciences**, v. 44, n. 2, 2019. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/10/1022349/44abcs114.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

ORSO, L. F. *et al.* Violência obstétrica: experiência da equipe multidisciplinar em saúde. **Revista de enfermagem**, v. 15, n. 2, p. 1-15, 2021. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/246960/39477>. Acesso em 10 ago 2023

SILVA, F. C. *et al.* O saber de puérperas sobre violência obstétrica. **Rev enferm UFPE**, v. 13, p. e242100, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/242100/33740>. Acesso em: 12 set 2023.

SOUTO, R. E. M. *et al.* Formas e prevalência da violência obstétrica durante o trabalho de parto e parto: revisão integrativa. **Rev enferm UFPE**, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/253246/42458>. Acesso em: 07 set. 2023.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão Integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-6, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2023.

TEIXEIRA, P. C. *et al.* Percepção das parturientes sobre violência obstétrica: a dor que querem calar. **Revista Nursing**, São Paulo, v. 23, n. 261, p. 3607, fev. 2020. Disponível em: <http://www.revistanursing.com.br/revistas/261/pg52.pdf>. Acesso em: 07 set. 2023.

TESSER, C. D. *et al.* Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 10, n. 35, p. 1-12, 2015. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1013/716>. Acesso em 20 abr. 2023

TRAJANO, A. R.; BARRETO, E. A. Violência obstétrica na visão de profissionais de saúde: A questão de gênero como definidora da assistência ao parto. **Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, n. 1, p. 16, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/PDnDR5XtNdJy47fkKRW6qcw/?lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2023